

CRUZADO II

Funaro explica mudanças aos credores

Dívida Externa

O ministro mudou sua programação nos EUA para se encontrar com dirigentes do FMI e da Reserva Federal

A princípio estava prevista a presença do ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, na abertura do U.S. Congressional Summit on Debt and Trade, que começou ontem em Nova York. Funaro deveria fazer o seu discurso às 2 horas da tarde. Mas em seu lugar os participantes — incluindo diversas autoridades da Administração Reagan e parlamentares do Partido Democrata — tiveram de escutar o diretor do Banco Central, Fêrisio Arida, falar da incompreensão da Comunidade Financeira Internacional (CFI) em face das tentativas do Brasil, de acertar sua economia.

Quanto ao paradeiro de Funaro, somente no final da tarde confirmou-se que o ministro passou o dia em Washington, acompanhado do presidente do Banco Central, Fernando Bracher. Ambos se encontraram com Paul Volcker, presidente do Federal Reserve Bank (o Banco Central Americano), depois de terem passado pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. Motivo da viagem: informar as três instituições sobre as novas mudanças no Plano Cruzado. Funaro está especialmente preocupado com o telex que o FMI vai enviar ao Clube de Paris (credores oficiais) e aos bancos dando informações sobre a economia brasileira. O novo acordo brasileiro com seus credores internacionais depende do conteúdo dessa mensagem. A posição do FMI será decidida em reunião do board da instituição, prevista para a próxima quarta-feira. Funaro teme que essa posição possa ser influenciada por notícias desencontradas e principalmente pelo grande pessimismo com que a imprensa brasileira recebeu o novo pacote. Por isso, decidiu ir pessoalmente ao FMI.

Boatos

Mas essa decisão de Funaro não tinha sido divulgada. Ainda ontem, assessores do ministro que o acompanhavam em Nova York insistiam que o único motivo da sua viagem

Software: pressões atrasam o envio do projeto ao Congresso.

O projeto de lei regulamentando a proteção, cadastramento e comercialização de programas de computador (software) no País não foi entregue ao Congresso ontem, como estava previsto, pois foi devolvido pelo presidente Sarney à Consultoria Geral da República. A recomendação é a de que no texto final sejam introduzidas algumas alterações sugeridas pelo Gabinete Civil da Presidência da República. Conforme apurou o JT, porém, o objetivo é fazer com que o projeto englobe aspectos políticos feitos com grupos de pressão do setor.

No início da noite, a decisão de enviar toda a legislação de direito autoral (copyright), com as devidas adaptações para incluir o software em seu texto, foi abandonada, pois alongava demais o projeto de lei, que teria mais de 180 artigos. A opção foi a de reduzir a proposta de regulamentação apenas aos artigos que efetivamente modificavam aquela legislação e aos que definiam o tratamento brasileiro ao assunto.

Um fato dado como certo é que o País deverá mesmo adotar uma proteção de 25 anos para o software, prazo igual ao praticado pelos franceses, e o mínimo exigido pela Convenção de Berna para proteger "obra de arte aplicada". Esse conceito é aplicado, segundo especialistas, erroneamente, aos programas de computador.

Também se não houver mudanças — o projeto está sendo escrito e modificado intensamente desde terça-feira — as empresas estrangeiras que quiserem comercializar seus programas no Brasil não mais serão obrigadas a depositar seu código-fonte (na verdade, o segredo dos programas em entidades brasileiras). Terão, porém, que cadastrá-los na Secretaria Especial de Informática (SEI) e se submeter ao conceito de similaridade de produto nacional.

Ou seja: se no mercado brasileiro existir programas similares ou "funcionalmente equivalentes", como acontece com máquinas e bens materiais, a empresa estrangeira fica automaticamente proibida de introduzir seu produto no País. Não importa que o seu software possua maior velocidade de operação, menos erros, pois prevalecerá a proteção ao similar nacional.

Representantes das principais entidades do setor — Assespro, Abicomp, Abinee, Abes etc — estiveram ontem em Brasília tentando influir na redação final do projeto de lei. Mas se não houver mudanças em suas linhas básicas, o setor aceitará um novo tipo de empreendimento: o consórcio, uma entidade prevista na Lei das Sociedades Anônimas.

Em essência, o consórcio permite que duas empresas se juntem para realizar um determinado produto ou serviço. E, embora não possua personalidade jurídica, ele é regido por contrato entre as partes. São elas que definem o que cabe, em valores e trabalhos, a cada uma. Concluído o contrato, ele pode ser desfeito (é um tipo de associação muito comum na construção civil, principalmente nas obras de grande porte, como Itaipu, por exemplo).

A solução do consórcio foi arquitetada a partir da constatação de que ele já é viável no setor da fabricação de computadores (hardware) por exemplo, e que na Lei de Informática não há nenhum instrumento legal contrário à sua implantação.

O programa produzido pelo consórcio, segundo o projeto original, seria registrado como produto nacional, recebendo o mesmo tratamento legal e comercial daqueles.

Campos justifica retaliação à reserva de mercado na informática

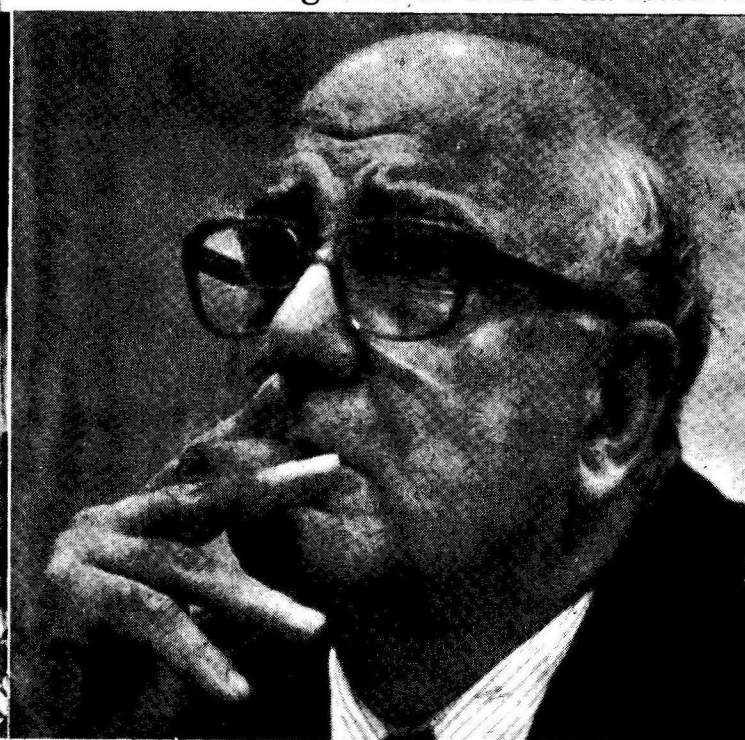
Para o senador Roberto Campos (PDS/MT), não há vínculo entre a renegociação da dívida externa e os entendimentos que o governo brasileiro vem mantendo com os Estados Unidos a respeito da política de informática. Campos reiterou, contudo, sua crítica à reserva de mercado para o setor, até justificando reações norte-americanas. Ele frisou que nos EUA "as leis são cumpridas", lembrando que "se as negociações falharem, o legislativo norte-americano não terá outra alternativa senão a retaliação".



Funaro: contatos nos EUA.

aos Estados Unidos é a participação no seminário de Nova York onde seriam debatidos os problemas da dívida do Terceiro Mundo.

Até o meio-dia da tarde de ontem, Funaro não era encontrado em Nova York. Não compareceu ao seminário e, a partir daí, começaram a circular boatos nos salões do Hotel Waldorf Astoria, onde estão sendo realizadas as conferências. Um dos boatos dava conta de que ele estava em Nova York, reunido com William Rhodes, coordenador



Volcker: informações sobre o cruzado.

do comitê de renegociação da dívida brasileira. Na verdade, Funaro chegou a Nova York onde ficou por algumas horas, partindo para os encontros em Washington, segundo informou Richard Nedley, um dos fundadores e organizadores do US Congressional Summit on Debt and Trade.

Aliás, espera-se que hoje o ministro Funaro faça sua exposição e participe das discussões sobre "A Perspectiva dos Países em Desenvolvimento" e "Responsabilidades Especiais na Situação da Dívida Externa",

quando serão enfocadas principalmente as oportunidades e obrigações do Fundo Monetário Internacional-Banco Mundial, do Congresso americano e também do governo japonês em apoiar a expansão dos países em desenvolvimento.

Na abertura do Congresso, o secretário do Tesouro Americano, James A. Baker III, apenas reiterou a necessidade de implementação de seu plano, apresentado há 14 meses em Seul, na Coreia do Sul, de cooperação econômica com os países endividados.

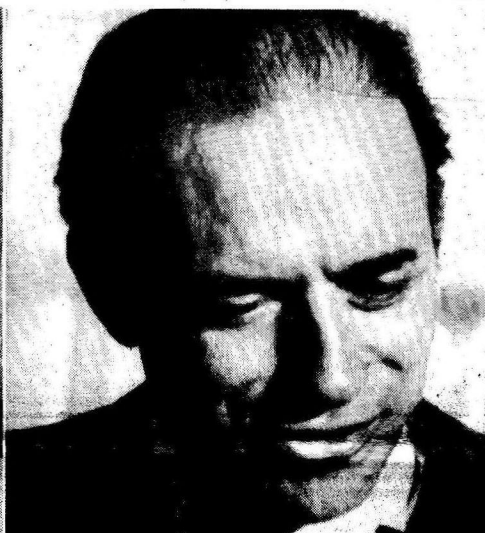
O DOCUMENTO DO PMDB



Ulysses Guimarães: apoio ao governo.



Pimenta da Veiga: herança.



Nelson Marchezan: críticas.

Sugestões do partido para o ajuste da economia

Tabelamento de juros, depósito compulsório sobre aplicações em títulos públicos e novos critérios de reajuste salarial são as três principais propostas do PMDB para ajustar o Plano Cruzado. Essas sugestões constam de um documento aprovado ontem pela executiva nacional do partido e que será encaminhado ao presidente Sarney. Segundo o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, além dessas propostas o partido pretende que a sociedade seja consultada sobre outras medidas que o governo venha a adotar.

O problema mais grave que o País enfrenta no momento, segundo o PMDB, é a dívida externa, um problema que gera uma confrontação de interesses e exige muito diálogo. Para isso, na opinião de Ulysses Guimarães, o povo brasileiro já está dando respaldo ao governo no encaminhamento da renegociação e compreende até melhor que os próprios políticos a impossibilidade de o País enviar anualmente US\$ 12 bilhões para o Exterior. Esse respaldo, segundo Ulysses, está no resultado das eleições de 15 de novembro.

Dívidas

No documento, o partido reitera o princípio soberano de defesa de sua política nacional de informática; solicita um depósito compulsório sobre parte do montante dos títulos públicos em poder dos intermediários financeiros que vierem a ser resgatados pelo Banco Central, aplicando-se os recursos resultantes no financiamento de projetos prioritários na indústria e na agricultura; prega o tabelamento dos juros para captação de poupança pelos intermediários financeiros e, consequentemente, para as respectivas aplicações; e sugere a aplicação, em gastos de alta densidade social, de expressiva parcela dos recursos fiscais arrecadados em decorrência do pacote.

O documento começa falando dos distúrbios da semana passada em Brasília e reclama apuração das responsabilidades, colocando desde logo que o pacote deve ser entendido no contexto das dívidas interna e externa. Diz também que uma campanha contra o PMDB e o governo serve aos que temem a democracia e as mudanças sociais em curso, e sugere que alguns setores pre-

tendem um bloqueio à Constituinte que se instalará em fevereiro.

Em seguida, o documento analisa os objetivos dos dois planos cruzados, salientando que o primeiro visou eliminar a inflação, ativar a economia e conter a especulação financeira, para depois observar que o crescimento pode ser interceptado caso falte energia elétrica, incapacidade do setor siderúrgico e recursos para a agricultura. Pelo raciocínio do PMDB, tais setores não atraem o capital privado e, como o governo precisa investir, precisou de novos recursos. A isso acrescenta a necessidade de arcar com as dívidas interna e externa, justificando o Cruzado II.

As manobras de especulação, a prática do ágio, a omissão no fornecimento de produtos, os boatos desestabilizadores e as artimanhas elevações de juros e serviços foram consideradas agressões ao cruzado e ao congelamento pelo PMDB, que salienta o agravamento da conjuntura com a queda das reservas cambiais e a redução das exportações a níveis preocupantes.

Para o PMDB, há um impasse: para crescer é preciso investir, nas os recursos são tragados pelas dívidas. E, se não há crescimento, voltarão a recessão, o desemprego com inflação e a queda do salário real do trabalhador. "É fundamental, portanto, que o País saia do impasse, para o que é indispensável a preservação das liberdades e a retomada em sua plenitude do processo democrático", afirma o partido no documento.

Ulysses

Ao comentar o documento, o deputado Ulysses Guimarães tocou na confrontação de interesses na renegociação da dívida externa, lembrando que, não obstante gestões e muito diálogo, não houve uma solução de atendimento à soberania do País e aos interesses nacionais. Ele espera, juntamente, com o partido, que permaneçam recursos no País para o seu desenvolvimento. E que credores e os grandes países compreendam a situação brasileira.

Ao salientar que o Plano Cruzado foi agredido pelos que pretendem enfraquecê-lo, Ulysses frisou que o propósito do presidente Sarney, com o apoio do PMDB, é ado-

tar medidas que protejam a população, em especial a mais carente. Por outro lado, negou-se a admitir que o Cruzado II pode desencadear o processo de proletarianização da classe média, que a seu ver precisa, isto sim, ser preservada, pois é essencial para a estabilidade social.

Críticas

Ao comentar o documento do PMDB, o líder do PFL na Câmara, José Lourenço, disse que seu partido só concorda com a posição sobre a política de informática. Na sua opinião, os reajustes salariais devem se basear na inflação e o tabelamento dos juros não funcionaria porque esse mercado se baseia nas pressões que o próprio governo exerce para cobrir seu déficit público. "A solução dos problemas econômicos", disse Lourenço, "tem que passar pelo controle dos gastos públicos. O resto é demagogia".

O ex-líder do PDS, deputado Nelson Marchezan (RS), considerou "muito fraco" o documento do PMDB sobre a dívida externa, observando que o partido governista está procurando iludir a sociedade, quando fala em "impatriótica herança do regime autoritário".

Lembrou que o governo que apoiou, antes da posse de Sarney, deixou nada menos de US\$ 8 bilhões de reserva. "E não sabemos o que eles, da Nova República, fizeram com US\$ 4 - bilhões". O parlamentar gaúcho — que perdeu a eleição para o Senado — fez o comentário num encontro casual com o líder do PMDB e do governo, deputado Pimenta da Veiga. "E a dívida que vocês nos deixaram? Mais de US\$ 130 bilhões. Estamos pagando, pagando e continua a mesma que vocês nos deixaram", disse Pimenta a Marchezan.

Pimenta da Veiga admitiu, informalmente, que a suspensão negociada da dívida deverá ser proposta brasileira, acentuando que o PMDB mostrou, mais uma vez, que dá o suporte político à negociação.

"O PMDB apóia a política social e econômica do governo. O partido tem noção de sua responsabilidade. Não será por uma medida que está merecendo críticas que deixaremos de apoiar o governo, que iria nos falhar com o governo", disse o líder.

que se criou nos Estados Unidos, por 25% do seu valor, ao passo que ali os da Bolívia valem apenas 8%. Apontou que, com a conversão da dívida, os bancos credores poderiam vender suas cotas a outros investidores, aproveitando-se desse mercado já existente.

O ex-presidente do Banco Central, Carlos Langoni, lembrou que a Argentina e o México fecharam acordos com o FMI, enquanto o Brasil insiste numa atitude isolada, que, a seu ver, não é a mais indicada. Disse que a situação cambial do Brasil se assemelha à 1982, mas que naquela época — quando ele assinou acordo com centenas de bancos estrangeiros — as preocupações eram maiores, com a tendência altista dos juros e dos preços do petróleo. "Mas o governo precisa agir com rapidez, para impedir que as reservas em moeda forte caiam ainda mais", alertou.

dos. Já o senador Bill Bradley, do Partido Democrata e um dos patrocinadores deste encontro, fez apelo à Casa Branca para que se convoque uma conferência geral que discuta novas fórmulas de renegociação da dívida externa, sugerindo seu próprio plano, que inclui um perdão limitado da dívida.

Otimismo

À saída das reuniões de ontem, John Reed, chairman do Citybank disse aos jornalistas que ele tem procurado ver com otimismo a situação brasileira, embora acredite que deva haver um entendimento entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário, porque isso também agradaria ao Clube de Paris. "A tradição nestas negociações sempre foi de ajustes, e acho que o Brasil, acabando com o sistema de indexação, eliminou uma das maiores preocupações do FMI", afirmou John Reed, que no entanto foi bastante duro quando se falou na possibilidade de o Brasil vir a pedir moratória: "Se isso ocorrer, o Brasil ficará sem crédito no mundo inteiro por mais de 15 anos", finalizou o presidente de um dos principais credores do Brasil.

Além de Reed, Clayton Yeutter, representante especial da Secretaria do Comércio dos Estados Unidos, também falou aos jornalistas brasileiros. E, apesar de não ter sido muito enfático, disse ser a favor de soluções positivas e construtivas nas relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos, ao invés da imposição de sanções econômicas. Para Yeutter — que ultimamente tem feito a ponte aérea Washington — Brasília —, o problema da dívida externa brasileira deve ser tratado separadamente das questões comerciais, inclusive no que se refere à informática. Aliás, uma postura um tanto contraditória para quem acabou de sair de uma conferência sobre como tratar os assuntos da dívida externa e comércio exterior. **Ellene Gamal, de Nova York**

Políticos e empresários discutem a moratória. E não a aprovam.

O governador eleito de Pernambuco, Miguel Arraes, declarou-se ontem em Brasília contrário à moratória e defendeu uma "contenção da remessa de recursos para fora do País". Contudo, essa solução, já proposta pelo ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, que sugeriu pagamento anual equivalente a 2,5% do PIB, foi duramente criticada ontem pelo senador Roberto Campos (PDS-MT).

— Isto não é proposta que se faça a ninguém, muito menos que se leve para uma negociação — disse o senador, para depois argumentar: "Afinal, qual é o PIB brasileiro? Qual a sua dimensão? Ninguém sabe". O senador preferiu entretanto não dizer qual seria a melhor proposta para os credores internacionais.

No Sul, os exportadores gaúchos não querem nem pensar na possibilidade de o Brasil declarar a moratória unilateral, porque, se isso acontecer, "representará o caos para o País", com o cancelamento das vendas externas. Eles não aceitam a medida nem como "último remédio" para o problema da dívida externa e consideram que o Brasil deve continuar tentando a renegociação.

Após a reunião da Executiva do PMDB, em Brasília, a economista Maria da Conceição Tavares, afirmou ontem que a luta pela renegociação da dívida será prolongada e sem milagres e que a população precisa se inteirar da gravidade da situação do País. Na expectativa de dias piores, observou: "Até aqui foram flores".

— Vocês nunca mais me verão chorando, porque eu só choro de felicidade — disse a economista, para depois pregar a preservação das conquistas sociais e muita firmeza para enfrentar os credores. Ela salientou que ao PMDB caberá o papel de mediador, inclusive para explicar outras medidas ao País.

Para o senador Roberto Campos, a moratória seria a anti-solução.

— Se o PMDB deseja a recessão, não há receita melhor — comentou Campos, lembrando que a primeira consequência dessa medida seria o cancelamento dos créditos de curto prazo para as importações e exportações brasileiras, assim como dos créditos bancários em Londres e Nova York.

— Seria o arrocho e a recessão: as nossas importações teriam de ser pagas à vista e as exportações, a prazo, sem financiamento — disse.

Campos acredita que o Cruzado II tem aspectos favoráveis externamente, mas que foi decretado basicamente em função das preocupações internas do governo.

— As medidas mostram aos credores que o governo acordou, pois, até recentemente, havia um triunfalismo em relação ao Cruzado que preocupava muito os credores internacionais. Afinal, não era uma realização ao alcance dos mortais. O banquete terminou e é hora de pagar as contas — afirmou o senador.

O deputado Hélio Duque (PMDB-PR) considerou "tipicamente autoritário" o comportamento adotado pelo ministro Dilsen Funaro, da Fazenda, ao responder indagação do senador Roberto Campos sobre as reservas cambiais do País. Ao ser contestado no valor apresentado — o ministro garantiu que as reservas líquidas eram de US\$ 5 bilhões — Funaro respondeu que seria sua palavra contra a do senador pedesista.

Hélio Duque acentuou que não era a palavra do ministro que estava em questão, mas o governo, e que, portanto, a resposta não poderia ser desse tipo e sim uma comprovação, por meio de documentos.

Villares culpa o governo por represálias contra exportadores

O empresário Paulo Diederichsen Villares, diretor das empresas Villares, disse ontem que o governo é responsável pelas retaliações que os exportadores brasileiros vêm sofrendo, como represália à política de reserva de mercado. Villares afirmou que "a lei de informática é burra, porque pressupõe desenvolvimento tecnológico, mas não o garante". Para ele, o Brasil não pode abrir mão de capital e tecnologia externos em áreas que não domina, se quiser manter um bom ritmo de desenvolvimento econômico.